



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-Eixo: Ênfase em Questão Urbana

A ORGANIZAÇÃO DAS CIDADES E A RELAÇÃO ESPACIAL/TEMPORAL

Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva¹

Maria José Coelho dos Santos²

Dora Susane Fachetti Miotto³

Marcelo Pitegheer Campinhos⁴

Eliaidina Wagna Oliveira da Silva⁵

César Albenes de Mendonça Cruz⁶

Alyne Januário dos Reis⁷

Resumo: Esta pesquisa bibliográfica foca a organização urbana nas diretrizes espacial e temporal como fator modificador do processo citadino, no qual a visão global da urbanização tem de ser competitiva e próspera aos residentes. Todavia, por conta do capitalismo, o *boom* do mercado imobiliário⁸ das últimas décadas resultou em segregação espacial nos perímetros urbanos, com grandes construções.

Palavra-chave: organização das cidades, espaço urbano, espacial/temporal.

Abstract: This bibliographic research focuses the urban organization in the spatial / temporal guidelines as a modifying factor of the urban process, where the global vision of urbanization has to be competitive and prosperous to the residents. However, because of capitalism, the housing boom of the last decades has resulted in spatial segregation in urban perimeters, with large buildings.

Key words: city organization, urban space, spatial / temporal.

1. INTRODUÇÃO

O processo de urbanização do espaço brasileiro aconteceu quase que por inteiro no século XX, apesar de, ao contrário da expectativa de muitos, não ter superado as características do período colonial e imperial, como a concentração da terra e do poder, pela concentração da força do “coronelismo”, “pela política do favor” (MARICATO, 2003, p. 151) ou pelo jeitinho brasileiro. Mesmo com essa eclosão, em vários temas no campo do saber, estudar as cidades

¹ Estudante de Pós-Graduação, Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia, E-mail: marcelofonseca@yahoo.com.

² Estudante de Pós-Graduação, Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia, E-mail: marcelofonseca@yahoo.com.

³ Estudante de Pós-Graduação, Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia, E-mail: marcelofonseca@yahoo.com.

⁴ Estudante de Pós-Graduação, Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia, E-mail: marcelofonseca@yahoo.com.

⁵ Estudante de Pós-Graduação, Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia, E-mail: marcelofonseca@yahoo.com.

⁶ Professor com formação outra áreas, Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia, E-mail: marcelofonseca@yahoo.com.

⁷ Estudante de Pós-Graduação, Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia, E-mail: marcelofonseca@yahoo.com.

e esse processo de desenvolvimento urbano do espaço é um grande desafio. E ao mesmo tempo, pensar em como os homens vêm se estruturando em sociedade, construindo alternativas para suas sobrevivências, bem como o modo como se constituem e se transformam em relações sociais, econômicas e políticas, e de um adensamento contínuo de pessoas e habitações humanas.

Nesse sentido, pretende-se aprofundar a compreensão sobre a organização das cidades em relação à produção do espaço urbano, tomado a partir da relação espacial e temporal para atender às necessidades do cidadão autor e modificador desse processo social.

Pensar o espaço urbano de forma organizada, democrática e acessível a todos, como um espaço de inclusão e não de exclusão social, não é uma tarefa muito fácil. Às vezes é necessário sentir a cidade, com visões e anseios de um filósofo que busca entender os problemas gerais da humanidade ou do próprio arquiteto, na compreensão dos problemas sociais/humanos e na democratização desse espaço como direito social.

O presente artigo consiste numa pesquisa bibliográfica realizada em artigos sobre a temática em revistas indexadas e livros sobre o assunto, tendo como objetivo analisar a organização das cidades à luz das diretrizes espacial e temporal, como fator modificador do processo urbano e social. A abordagem metodológica utilizada encontra respaldo no método de pesquisa bibliográfica, com um ensaio teórico e analítico que privilegia o olhar comprometido com a análise e apreensão das contradições que constituem a construção do urbano, a organização das cidades e a produção do espaço urbano.

2. A CONSTRUÇÃO DO URBANO

Pensar em como o homem vem se estruturando em sociedade, construindo alternativas para sua sobrevivência, bem como o modo como se constituem e se transformam as relações sociais, econômicas e políticas e de um adensamento contínuo de pessoas e habitações humanas. Nesse sentido, pretende-se aprofundar a compreensão sobre a organização das cidades em relação à produção do espaço urbano, tomado a partir da relação espacial e temporal para atender às necessidades do cidadão autor e modificador desse processo social.

Pode-se dizer que o século XX foi, de certa maneira, o “século da urbanização”. Considerando o processo de crescente urbanização dos últimos séculos, tem-se a revolução industrial como marco a partir do qual a maior parte da população mundial passou a viver essencialmente em centros urbanos de diversos tipos.

Para Barros (2011), a ruptura de séculos de história modificou radicalmente as atividades agrícolas dos séculos anteriores, vista mais como uma exceção do que como o ambiente era naturalmente para que esse mesmo século tenha assistido a uma grande eclosão de interesses nos vários campos do saber em estudar esse grande enigma e essa vasta trama de complexidade que é a cidade.

Só nas décadas iniciais do século XX é que as metrópoles brasileiras foram vistas como avanço e modernidade em relação à representação arcaica que o campo fazia ao Brasil. A hegemonia agrário-exportadora só será superada no Brasil com a revolução de 1930, pois esta estimula o processo de urbanização e desenvolvimento do espaço e territorial (tanto em população, quanto em extensão geográfica).

A industrialização trouxe as condições para a transformação do espaço rural em espaço urbano, com a conseqüente migração populacional do tipo campo-cidade ganhando um novo ritmo. Apesar de ideologicamente as cidades brasileiras, nos períodos colonial e imperial, terem sido consideradas sem importância, Maricato (2003) defende que estas desenvolviam importante papel no processo de comercialização e financiamento dos bens primários comercializados no mercado europeu, que se intensifica com o fim da escravidão.

Historicamente, a definição do início do processo de urbanização e industrialização no Brasil começa com a regulamentação do trabalho urbano, com o incentivo à industrialização e com o reforço do movimento migratório do campo para a cidade. Segundo Barros (2011), as “reflexões trazidas pelo século XX, que, na sua ânsia de captar a essência urbana” (Barros, 2011, p. 71), muitos estudiosos passaram a criar imagens diversas e critérios de produção das cidades. A cidade passa a ser vista como um sistema interligado a uma engrenagem social, revelando sua interação entre outras cidades.

Para Barros (2011), a finalidade da cidade é um aglomerado de pessoas, uma rede, uma interação de relacionamentos sociais.

Esse conhecimento produzido pelos “intelectuais do século XIX” (Barros, 2011, p. 68) reproduz a cidade como um ímã; com a finalidade de atrair tudo à sua volta. Ao mesmo tempo em que exerce essa função e a faz muito bem, separa (divide) e distingue todas as classes sociais, criando uma subdivisão entre elas.

Já no fim do século XX, o retrato das cidades brasileiras está diretamente ligado à violência de todos os tipos, como desmatamento dos recursos naturais, poluição da água, falta de saneamento, “segregação” do espaço e do “meio ambiente”, como uma forma de “desigualdade social” e subdivisão das classes sociais” (MARICATO, 2003, p.151),

aumentando de modo assustador as áreas de concentração da pobreza e a ocupação do solo de forma irregular e sem qualquer infraestrutura.

Ao longo da década de 1990, houve um conjunto de preocupações para criação de cidades ambientalmente desejáveis, discutidas a partir da influência da Comissão das Comunidades Europeias, entre as quais a ideia de criação de cidades compactas, que reduziriam deslocamentos e promoveriam uma melhor qualidade de vida (COSTA, 1999). Essa proposta estaria comprometida com a utilização de áreas que seriam de usos mistos. A limitação de crescimento da cidade e a promoção do preenchimento dos vazios urbanos contribuiriam para uma menor distância entre o percurso casa-trabalho e, por consequência, incentivariam o uso de transportes mais eficientes para pequenos percursos, conforme registro do autor.

Exemplo disso é a capital Vitória, no Estado do Espírito Santo, que em meados do século XX estava fora das diretrizes da modernidade e encontrava-se em pleno isolamento em relação às demais regiões. Nesse período, a cidade de Vitória não contava com os grandes empreendimentos imobiliários e tampouco com a elite capitalista que existia em São Paulo e Rio de Janeiro.

Sendo assim, foram necessários e providenciais para a época o desenvolvimento e o crescimento da cidade, com a intervenção do Estado (política de Estado) ao impor de forma direcionada esse processo de ocupação do espaço urbano.

Segundo Pires (2006), nos anos de 1908 a 1912 “o Espírito Santo passou por sucessivas crises econômicas”, com a eleição e a condução de Jerônimo Monteiro ao cargo de governador/presidente do Estado. Estando à frente do governo, Monteiro “reduziu os salários” (PIRES, 2006, p. 98) públicos, cortou gasto com o funcionalismo, equilibrou as contas públicas e iniciou um grande processo de desenvolvimento do espaço urbano da capital, colocando assim Vitória no eixo do progresso em que o país estava mergulhado naquela época, proporcionando uma política de cidade compacta, desenvolvida socialmente e acessível a todo cidadão (PIRES, 2006).

Hoje, segundo Castro e Kanashiro (2015), há uma preocupação do Ministério das Cidades com a implantação de um sistema de transporte coletivo eficiente, que não seja excludente e sim acessível a todas as camadas da sociedade, visando a proporcionar o acesso à cidade e ao espaço urbano de forma organizada e planejada.

No entanto, há um contraponto no bojo dessa afirmativa: fica bem claro que as cidades foram “desenvolvidas e planejadas” para a ocupação de forma acelerada dos automóveis e das grandes construções imobiliárias.

Porém, devido à destruição do meio ambiente e à segregação do espaço urbano, os gestores públicos, em uma corrida de forma desesperada, vêm buscando desenvolver políticas públicas de acesso ao espaço urbano e à cidade.

3. ORGANIZAÇÃO DAS CIDADES

Projeções da Organização das Nações Unidas (ONU) indicam que a população mundial crescerá em mais de dois bilhões de pessoas nos próximos 40 anos, ultrapassando o patamar de nove bilhões de habitantes, e mais de 65% deles viverão em cidades (ONU, 2012).

Para Lefebvre (1968), a cidade é definida “como a projeção da sociedade sobre o terreno” (LEFEBVRE, 1968, p. 64). Em uma nova análise, ele afirma que “o urbano (o espaço urbano, a paisagem urbana) não o vemos” (p. 43) urbano; “é uma forma pura: o ponto de encontro, o lugar de reunião, a simultaneidade” (LEFEBVRE, 1970, p. 159).

Já Castells considerou “o espaço da produção como sendo o espaço regional e o da reprodução sendo chamado espaço urbano” (CASTELLS, 1972, p. 476).

Finalmente, Castells definiu “estrutura urbana” como um “conceito que especifica a articulação das instâncias fundamentais da estrutura social no interior das unidades urbanas consideradas” (CASTELLS, 1972, p. 477).

Realizando um contraponto entre as definições do século XX, mais precisamente nos anos de 1968 a 1972, de forma respectiva nas definições de Lefebvre e Castells, a cidade era a projeção da sociedade, enquanto o espaço era a reprodução do espaço urbano.

Neste mesmo século, em meados dos anos de 2011, a reprodução do que é ou significa ou deva ser uma cidade está ligada diretamente na sua “formação primordial e nas suas subsequentes transformações” (BARROS, 2011, p. 73).

Transformações essas que podem se apresentar e representar como um emaranhado de cabos, formando uma rede de “teias”, ligando todos os pontos, “organizando” de forma dinâmica todo o processo entre os atores sociais.

Embora, na maioria das vezes, quando a cidade não está preparada para esse processo organizacional, de crescimento e desenvolvimento da cidade, o espaço público se apresente sem qualquer infraestrutura (saneamento, transporte público de qualidade, acesso a moradia, acessibilidade, água encanada, luz elétrica, entre outros), esse processo de composição das metrópoles dentro do contexto político econômico se dá também nos dias atuais, muito deles passando pelo viés da política partidária. Ver a cidade como “produto” dentro do contexto

capitalista pode ter suas vantagens, mas traz consigo seus desafios e limites (BARROS, 2011).

Nessa perspectiva, o processo de organização das cidades surge como um dos grandes desafios para os gestores públicos, com visão de uma gestão efetiva, eficaz e eficiente, com infraestrutura e serviços urbanos que possam contemplar os interesses e as demandas de toda a sociedade, que o processo de ocupação do solo aconteça de forma organizada e planejada, na qual a sociedade possa envolver-se como munícipes dessa elaboração.

Segundo o historiador José D'Assunção Barros, a marginalização social/negação é uma forma de segregação/exclusão desse indivíduo (sociedade) do seu direito à cidade. Cidade essa que tem o dever de comportar de forma segura e igualitária todos os atores que fazem parte dela, independentemente da sua questão social ou até religiosa (BARROS, 2011).

Para a urbanista Maricato, essa “exclusão social não é possível de mensuração, mas pode ser caracterizada por indicadores como” (MARICATO, 2003, P. 153): a baixa escolaridade, a raça, o sexo, a origem, a informalidade, a exclusão política, a falta de políticas públicas sociais e a pobreza, que são apresentados como forma de separação e distinção das classes sociais.

Essa massa populacional (muitos vindos do campo/interior), que não foi envolvida pelo mercado imobiliário e pelas grandes empresas, é empurrada para áreas de preservação ambiental, as encostas ou as áreas chamadas de “terra improdutivas”, nascendo ali mais uma ocupação irregular do solo, sem qualquer infraestrutura, mais com a bênção dos governos estadual e municipal, que trata essa questão social como moeda de troca, dentro do processo eleitoral.

Aparentemente constata-se que é admitido o direito à ocupação, mas não o direito à cidade. Podemos citar, por exemplo, a Região da Grande Terra Vermelha (RGTV), que por volta de 1988 foi ocupada de forma irregular e bancada pelos gestores públicos da época.

Hoje, “também denominada Aglomerado, localiza-se na região sul do Município de Vila Velha, a aproximadamente 15 km do centro e a cerca de 30 km da capital do Estado do Espírito Santo, Vitória” (OLIVEIRA, 2014, p. 44), com uma composição de 21 bairros.

Figura I – Mapa base do Aglomerado
Vermelha (2011).

Figura II – Ortofoto do aglomerado de Terra



Fonte: Espírito Santo, 2004



Fonte: Espírito Santo, 2004.

Hoje, passados mais de 30 anos, sofre com os alagamentos, enchente, lixo e falta de água encanada, de energia elétrica, de esgoto, de segurança e de uma política pública de habitação igualitária.

Essa mesma ocupação, incentivada e bancada de forma arbitrária e sem qualquer responsabilidade pelo governo municipal naquela ocasião, foi tema na reunião do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, realizada em fevereiro de 1995, na cidade de Goiânia.

Segundo a escritora Maricato (2003, p. 159), uma liderança do movimento de moradia do Estado do Espírito Santo revelou toda a sua angústia e perplexidade porque um prefeito do município incentiva a população a ocupar de forma irregular os manguezais e as encostas da cidade, provocando uma degradação do meio ambiente e ao mesmo tempo oportunizando àquelas pessoas que estavam sedentas por um pedaço de terra um lugar para morar. Ficam claros o comprometimento e a tolerância do Estado brasileiro com as ocupações irregulares e ilegais neste país.

Segundo Maricato (2003), os governos municipais, e em alguns casos os estaduais, são “condescendentes” com a ocupação ilegal do espaço urbano, devido a seus compromissos políticos e apadrinhamento eleitoral, caracterizando assim um verdadeiro balcão de negócios políticos (MARICATO, 2003, p. 157). Fato esse que pode ser comprovado pelos moradores da Região Metropolitana da Grande Vitória, no Espírito Santo, que convivem diariamente com poluição do ar (minério de ferro) em toda a cidade, com a promessa de que serão instalados filtros ou meios de redução dessa poluição e, se necessário for, de que a empresa será multada ou interdita.

Essa empresa de siderurgia, uma das maiores da América Latina, produz e comercializa minério de ferro e outras substâncias, que causam inúmeros problemas de saúde à população e transtorno na malha rodoviária do município (caminhões, ônibus, vans), permanecendo

atuando a todo vapor há mais de meio século. Toda vez que se aproxima o processo eleitoral, há o mesmo discurso raso e vazio dos políticos partidários de sempre, com a velha política de governo.

Embora saibamos que na prática o processo de implementação das políticas urbanas de caráter social, visando a um avanço na sustentabilidade, na acessibilidade dos indivíduos, na política de ocupação do solo de forma ordenada e planejada, com uma política de habitação, não é uma tarefa fácil, é preciso ter coragem, responsabilidade e compromisso social.

Mesmo com todos os obstáculos existentes nas grandes cidades, dentro do contexto da “política partidária”, devemos levar em conta que a população brasileira vive nos dias atuais um alto índice de segregação socioespacial e exclusão urbana, com a contribuição direta dos gestores públicos.

4. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Segundo Maricato, o processo de produção do espaço urbano passa pelas correntes capitalistas da década de 1970, destacando as lutas das classes sociais organizadas da época. Nesse período as grandes empresas, visando cada vez mais ao lucro, enxergaram no espaço urbano um meio de produção e exploração, em função de seu valor de troca. Para elas, a cidade é vista como uma mercadoria, um grande negócio (MARICATO, 2015).

Dentro desse prisma, podemos definir o espaço urbano como o espaço das cidades, um conjunto de ações que ocorrem em uma mesma integração local, com a composição de casas, edifícios, ações e práticas econômicas, sociais e culturais. No entanto, é preciso estabelecer uma distinção entre o espaço urbano e as cidades.

O processo conceitual de uma cidade se passa pelo período histórico e pelas formações geográficas vivenciadas na época. Podemos definir a cidade “como a projeção da sociedade sobre o terreno” (VASCONCELOS, 2015, p. 20).

Para Scheffer e Kachaukje (2018), “a produção do espaço seria um meio de reprodução da vida social” (Scheffer & Kachaukje, 2018, p. 65). Ou “considera-se a cidade como espaço urbano que pode ser analisado como um conjunto de pontos, linhas e áreas” (CORRÊA, 1995, p. 1).

Nesse íterim, podemos dizer que o espaço urbano é economicamente produzido, mas socialmente vivenciado, ou seja, apropriado e transformado com base em ações racionais e também afetivas da sociedade.

Para os professores Scheffer e Kachaukje (2018), existe “uma relação dialética” entre o espaço urbano e a sociedade, “em que um se realiza no outro” (SCHEFFER & KACHAUKJE, 2018, p. 65).

Essa dicotomia entre eles manifesta uma prática social que se concretiza espacialmente, na qual a sociedade se apodera do espaço com um tempo predeterminado para sua reprodução histórica, na maioria das vezes vinculada à concepção do espaço urbano como produto criado pelo homem para o reconhecimento de sua própria trajetória em sociedade.

Fica claro que o processo de produção do espaço urbano foi construído e desenvolvido por intermédio das relações sociais, estando ligado diretamente ao meio de comércio entre os indivíduos. Esse mesmo processo de produção e reprodução do espaço remete ao cotidiano presente, mais enraizado com o passado, trazendo um aprimoramento para os dias atuais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões aqui apresentadas não pretendem esgotar todo o universo histórico e filosófico, e tampouco dos cronistas e romancistas, do que são ou poderão vir a ser as cidades, a relação do espaço/tempo e a produção e reprodução do urbano.

Falar das cidades, da organização desse espaço, dentro do processo de produção e reprodução do espaço urbano, no qual a sociedade é tratada como ator principal nesse cenário, significa romper com o contexto tradicional da politicagem brasileira.

Durante décadas a sociedade vivencia a negação, a segregação ao espaço urbano e a privação do direito à cidade.

Com a implantação da política neoliberal, impulsionada pelos governos brasileiros, dentro do processo político das cidades, o poder público tem se omitido da sua responsabilidade de produzir uma cidade social, acolhedora, democrática, acessível e capaz de desenvolver projetos com a participação do cidadão como pilar da gestão da cidade.

Na gestão dessa cidade, faz-se necessária a elaboração de uma política democrática, participativa e solidária entre os atores sociais que ocupam o espaço urbano, trazendo para si a responsabilidade organizacional dessa cidade.

Esse espaço urbano precisa ser desenvolvido, produzido e reproduzido com a participação direta da sociedade (cidadão), seja ela civil organizada ou não. Hoje, existe uma preocupação da classe política partidária (política de governo) na produção desse espaço, para satisfazer exclusivamente às grandes empresas (automobilísticas, do transporte rodoviário, industriais,

petroquímicas e construtoras imobiliárias, entre tantas outras), centralizando e priorizando o capitalismo com o conceito de “cidade-global”.

Com as ideias capitalistas e com a corrente neoliberal, nos últimos anos ocorreram um avanço nos meios de transporte individual (financiado pelo poder público) e um aceleração na produção de veículos e de motocicletas, incentivando uma corrida automobilística em todo o território nacional, trazendo, além dos problemas de saúde pública, um crescimento da frota de veículos, de forma desorganizada na cidade (a cidade não está preparada para esse recebimento), e um avanço no aquecimento global.

Em momento algum os detentores do poder público (gestores) pensaram nas condições da sociedade e tampouco em desenvolver ou implementar políticas públicas sociais (reais, palpáveis e viáveis) para toda a sociedade.

Quando olhamos todo esse cenário desenvolvido nas cidades, não conseguimos visualizar no primeiro momento a desigualdade e a segregação inseridas no espaço urbano. É preciso de uma “lupa” para pensar esse processo tão complexo que são a cidade e o espaço urbano e que abarca toda a sociedade, em alguns casos como coadjuvante, em outros, como meros telespectadores.

Enfim, é necessário pensarmos a cidade como um espaço urbano social, democrático e acolhedor, que não seja excludente, e sim acessível a todas as camadas da sociedade, e que as políticas públicas de habitação sejam colocadas em prática de forma efetiva e igualitária, chegando a todos os cidadãos.

6. REFERÊNCIAS

ANTP. Associação Nacional de Transporte Público. Disponível em: <<http://www.antp.org.br>>. Acesso em: 15 de julho de 2018.

BARROS, José D’Assunção. **A cidade como forma específica de organização social e suas imagens nas ciências humanas**. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, v.18, n.22, Minas Gerais, 1º sem. 2011.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2006, 3ª ed. [1972].

COSTA, H. S. d. M. **Desenvolvimento Sustentável: Uma Contradição de Termos?** Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais, São Paulo, Número 2: 55 – 71. 1999.

LÉFÈBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2004. [1970].
_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991b. [1968].

MARICATO, Ermínia. *Metrópole, legislação e desigualdade*. Estud. av. vol.17 nº 48, São Paulo Mai/Aug. 2003.

NETO, Vicente Correia Lima; CARVALHO, Carlos Henrique Ribeiro de; BALBIM, Renato Nunes. **Mobilidade urbana**: O Brasil em transformação. O papel do Ipea na construção do pacto da mobilidade, Rio de Janeiro: IPEA, novembro, 2015.

DISPONIVEL: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2148.pdf.

Acesso: 18 de julho de 2018.

PIRES, Maria da Conceição Francisca. **Vitória no começo do século XX**: modernidade e modernização na construção da Capital Capixaba. Saeculum - Revista de História. João Pessoa - nº 14, pp 94-106, jan./jun. 2006.

Silva, Fernando Nunes da. **Mobilidade urbana**: os desafios do futuro. Cad. Metrop. São Paulo, v. 15, n.0, pp. 377-388, dez 2013.

OLIVEIRA, Ueber José de. **Resgatando memórias de quem faz história**: a ocupação e transformação da Região da Grande Terra Vermelha-ES. Revista Urutáguá, Maringá/PR – Brasil, nº 30, maio/outubro de 2014.